

HABEAS CORPUS Nº 539.811 - SC (2019/0309940-7)

RELATOR : **MINISTRO JORGE MUSSI**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
RONALDO FRANCISCO - SC036396
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : RODRIGO SABADINI DE AQUINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial com pedido liminar impetrado em favor de RODRIGO SABADINI DE AQUINO contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina no Agravo em Execução n. 0002088-09.2019.8.24.0064.

Consta dos autos que o Juízo da execução deferiu a remição de pena ao paciente, em virtude da aprovação no ensino fundamental por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) em cinco áreas de conhecimento, fixando a quantidade de 88 (oitenta e oito) dias remidos (e-STJ fls. 86-90).

Inconformada, a defesa interpôs agravo em execução e teve o seu recurso desprovido (e-STJ fls. 45-50).

No presente *writ*, a parte impetrante alega, em síntese, a ocorrência de constrangimento ilegal na execução da pena imposta ao sentenciado, ao argumento de que ele teria o direito à remição de 177 (cento e setenta e sete) dias, relativos aos seus estudos e aprovação no ensino fundamental por meio do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA).

Alega que a correta interpretação da Recomendação n. 44/2013 do Conselho Nacional de Justiça e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/1996), bem como das demais normas de regência, é de que a carga horária a ser considerada é de 1.600 (mil e seiscentas) e não de 800 (oitocentas) horas, tal como concluiu a Corte estadual.

Alega que a remição decorre do esforço do preso em trabalhar e/ou estudar no cárcere, como forma de demonstrar seu interesse na busca pela ressocialização e apenas foram remidos ao reeducando 88 (oitenta e oito) dias de pena.

Requer, dessa forma, a concessão da ordem de *habeas corpus* para que seja readequada a quantidade de dias remidos para 177 (cento e setenta e sete), diante da aprovação total no ENCCEJA.

A liminar foi indeferida (e-STJ fls. 57-58).

As informações foram prestadas (e-STJ fls. 64-100 e 101-104).

O Ministério Público Federal manifestou-se pela concessão da ordem de *habeas corpus* (e-STJ fls. 109-113).

É o relatório.

Inicialmente, cumpre atestar a inadequação da via eleita para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico

para tal fim, nos termos do art. 105, inciso III, da Constituição Federal, circunstância que impede o seu formal conhecimento, conforme entendimento pacífico no âmbito desta Corte Superior de Justiça.

O alegado constrangimento ilegal, entretanto, será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do art. 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

No que diz respeito à remição de pena em razão da aprovação do apenado no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA), a Corte de origem assim consignou (e-STJ fls. 48-49):

O agravante comprovou através do certificado de fls. 616-617 do correlato PEC que alcançou avaliação positiva em todas as áreas exigidas, ou seja, conquistou aprovação integral.

A decisão recorrida considerou que o total de horas de estudo do ensino fundamental a ser considerado para a remição é de oitocentas (fls. 647-651).

O insurgente, por sua vez, defende que este patamar é de mil e seiscentas.

Referido decisum, contudo, mostra-se acertado nesta conjuntura.

Com efeito, dispõe a antes citada recomendação do CNJ:

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no § 5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio;

É bem verdade que a leitura apressada da parte final do dispositivo, mormente quando desacompanhada de verificação do conteúdo da resolução a que remete, pode

ensejar interpretação equivocada, segundo a qual as mil e seiscentas horas mencionadas são já o resultado da aplicação do montante de cinquenta por cento sobre o total da carga horária mínima definida para o nível fundamental de ensino.

Consulta à Resolução 3/2010 do Conselho Nacional de Educação, contudo, elimina qualquer ambiguidade possível, pois estabelece, em seu art. 4º, II:

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

[...] II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas; [...].

A metade disso, pois, são oitocentas horas, que, divididas por doze, resultam em sessenta e seis dias. Acrescidos de um terço, obtém-se, enfim, oitenta e oito, o que demonstra o acerto da decisão vergastada (sem grifos no original).

No tocante ao tema, a Lei de Execução Penal, em seu art. 126, disciplina a hipótese de exercício de atividades de estudo no qual o apenado frequenta pessoalmente curso regular de ensino fundamental, médio, profissionalizante ou superior, estabelecendo as regras a serem observadas para a incidência da remição de pena na proporção de 1 (um) dia de pena a cada 12 (doze) horas de frequência escolar, divididas, no mínimo, em 3 (três) dias.

Na hipótese, o sentenciado submeteu-se ao Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos, ENCCEJA, e obteve a aprovação em todas as cinco áreas de conhecimento do ensino fundamental.

Quanto ao ponto, assim estabelece o art. 1º, inciso IV, da Recomendação n. 44/2013 do CNJ:

Art. 1º Recomendar aos Tribunais que:

[...]

IV - na hipótese de o apenado não estar, circunstancialmente, vinculado a atividades regulares de ensino no interior do estabelecimento penal e realizar estudos por conta própria, ou com simples acompanhamento pedagógico, logrando, com isso, obter aprovação nos exames nacionais que certificam a conclusão do ensino fundamental Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) ou médio Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), a fim de se dar plena aplicação ao disposto no §

5º do art. 126 da LEP (Lei n. 7.210/84), considerar, como base de cálculo para fins de cômputo das horas, visando à remição da pena pelo estudo, 50% (cinquenta por cento) da carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 03/2010, do CNE], isto é, 1600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental e 1200 (mil e duzentas) horas para o ensino médio ou educação profissional técnica de nível médio; (sem grifos no original).

Com efeito, deve ser considerado como base de cálculo **50% (cinquenta por cento)** da carga horária definida legalmente para os anos finais do ensino fundamental, que, **no caso de jovens e adultos**, é de **1.600 (mil e seiscentas) horas**, o que resulta em **800 (oitocentas horas)**.

Dividindo-se tal carga horária à razão de 1 (um) dia de pena para cada 12 (doze) horas de estudo, chega-se ao montante de 66 (sessenta e seis) dias de remição para aprovação em todas as cinco matérias do exame, ou de 13 (treze) dias para cada uma das áreas de conhecimento.

Na hipótese, como o paciente obteve aprovação **integral** no certame, faz jus ao acréscimo da fração de **1/3 (um terço)** prevista no art. 126, § 5º, da LEP, resultando no montante de **88 (oitenta e oito)** dias de remição, tal como decidiram as instâncias ordinárias.

De fato, a correta base de cálculo para a remição nas hipóteses de aprovação no Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA) é objeto de divergência nesta Corte, contudo, os mais recentes precedentes concluem pela impossibilidade de se considerar, no cálculo do benefício, 1.600 (mil e seiscentas) horas e não 800 (oitocentas) horas, em razão da expressa menção na Recomendação n. 44/2013 do CNJ à Resolução n. 3/2010, do Conselho Nacional de Educação (CNE), a qual dispõe sobre a duração dos cursos de ensino para **jovens e adultos, ou seja, maiores de 18 (dezoito) anos**.

Sobre o tema, confirmam-se os precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXAMES NACIONAIS. CÁLCULO DA REMIÇÃO. RECOMENDAÇÃO N. 44/2013 DO CNJ. CARGA HORÁRIA. RESOLUÇÃO N. 3/2010 DO CNE. INEXISTÊNCIA DE DÚVIDA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A interpretação mais ampla do art. 126 da LEP permite a remição pelo estudo ao apenado não vinculado a atividade regular de ensino que obtém, por esforço próprio, aprovação em exame nacional que certifique a conclusão do ensino fundamental ou médio.

2. Para esse fim, a Recomendação n. 44/2013, art. 1º, IV, do CNJ, propôs a consideração de "50% (cinquenta por cento) da

carga horária definida legalmente para cada nível de ensino [fundamental ou médio - art. 4º, incisos II, III e seu parágrafo único, todos da Resolução n. 3/2010, do CNE]".

3. O art. 4º, II e III, da Resolução n. 3/2010, do CNE estabelece o período, para jovens e adultos, de 1.600 horas para os anos finais do ensino fundamental e de 1.200 horas para o ensino médio. Não há dúvida na recomendação do CNJ; considera-se 50% sobre o quantitativo em apreço, o que totaliza 800 e 600 horas, respectivamente. O total, dividido por 12 (um dia de pena para cada doze horas), resultará na remição de 66 ou 50 dias de pena se a aprovação no exame nacional for integral. Incide, ainda, o art. 126, § 5º, da LEP caso o apenado consiga a certificação de conclusão dos cursos.

4. A Lei n. 9.394/1996 - que, no art. 24, II, estabelece carga mínima anual de 800 horas para a sexta até a nona série [3.200 horas] e para cada um dos três anos do ensino médio [2.400 horas] - é inaplicável ao apenado, por estabelecer diretrizes nacionais de "educação básica [...] dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade" (art. 4º, I). 5. Não há ilegalidade no aresto estadual, que observou a metade da carga horária especificada no art. 4º, II e III, da Resolução n. 3/2010 do CNE, consoante a Recomendação n. 44/2013 do CNJ.

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no HC 506.696/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 06/06/2019, DJe 18/06/2019; sem grifos no original.)

AGRAVO REGIMENTAL. EXECUÇÃO PENAL. REMIÇÃO DA PENA PELO ESTUDO. APROVAÇÃO NO ENEM. POSSIBILIDADE. RECOMENDAÇÃO 44/2013 DO CNJ. UTILIZAÇÃO. BASE DE CÁLCULO. RESOLUÇÃO N.º 3/2010. PRECEDENTES RECENTES DA SEXTA TURMA. PRETENSÃO DE SIMPLES REFORMA. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A Sexta Turma, recentemente, reviu a forma de cálculo dos dias remidos concedidos com base no art. 1º, inciso IV, da mencionada Recomendação n.º 44 do Conselho Nacional de Justiça.

2. O precedente que alterou o entendimento anterior asseverou que aos estudantes maiores de idade aplica-se a Resolução n.º 3, do Conselho Nacional de Educação, mencionada expressamente na Recomendação do CNJ, a qual institui diretrizes específicas para o Programa de Educação de Jovens e Adultos, com idade mínima de 18 anos completos, com duração menor do ensino médio.

3. Mantidos os fundamentos da decisão agravada, porquanto não infirmados por razões eficientes, é de ser negada simples pretensão de reforma.

Superior Tribunal de Justiça

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no HC 424.532/SC, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 02/08/2018, DJe 13/08/2018; sem grifos no original.)

A citada **Resolução n. 3/2010 do CNE**, que institui "*diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA*", assim dispõe:

Art. 4º Quanto à duração dos cursos presenciais de EJA, mantém-se a formulação do Parecer CNE/CEB nº 29/2006, acrescentando o total de horas a serem cumpridas, independentemente da forma de organização curricular:

[...]

II - para os anos finais do Ensino Fundamental, a duração mínima deve ser de 1.600 (mil e seiscentas) horas;

III - para o Ensino Médio, a duração mínima deve ser de 1.200 (mil e duzentas) horas (sem grifos no original).

De outro lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/1996, que estabelece a carga horária mínima de 3.200 (três mil e duzentas) horas para os anos finais do ensino fundamental, **não se aplica ao caso concreto**, porque disciplina a "*educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade*" (art. 4º, inciso I, da Lei n. 9.394/1996).

Assim, aos jovens e adultos maiores de 18 (dezoito) anos de idade que se submetem ao ENCCEJA, são aplicáveis as regras da Resolução n. 3/2010 do CNE, que, repita-se, prevê a carga horária mínima de 1.600 (mil e seiscentas) horas para os anos finais do ensino fundamental, as quais, reduzidas em 50% (cinquenta por cento) nos termos do previsto no art. 1º, inciso IV, da Recomendação n. 44/2013 do CNJ, resulta na base de cálculo de 800 (oitocentas) horas para a remição.

Por essas razões, ausente qualquer constrangimento ilegal a ser sanado pela via eleita.

Ante o exposto, por se afigurar manifestamente incabível, com fundamento no art. 34, inciso XX, do Regimento Interno deste Superior Tribunal, **não se conhece do habeas corpus**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro Jorge Mussi
Relator